



12 DE FEVEREIRO DE 2019

Terça-feira

- 40% DA INDÚSTRIA FECHOU O ANO PASSADO EM CRISE
- OTIMISTAS, 72,9% DOS INDUSTRIAIS PRETENDEM AUMENTAR PRODUÇÃO, DIZ FIESP
- INVESTIMENTO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DEVE CRESCER 30,1%, PREVÊ ABIMAO
- CLIMA ECONÔMICO DÁ UM SALTO NO BRASIL E SE DESCOLA DA AMÉRICA LATINA, DIZ FGV
- "MAIS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS VÃO PARA POUCOS PAÍSES
- SOFTBANK INVESTE US\$ 1 BI EM STARTUP DE ENTREGA POR ROBÔ
- MERCADO DE CAPITAIS INICIA BEM O ANO
- ÀS VÉSPERAS DE REFORMA, PEDIDOS DE BENEFÍCIO AO INSS CRESCEM 28,7%
- SINDICATO BRIGA POR CONTRIBUIÇÃO DE INATIVO
- CONGRESSO APOIA REFORMA, MAS REJEITA ENDURECIMENTO NA IDADE MÍNIMA
- GOVERNADORES QUEREM DINHEIRO PARA APOIAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- EDITORIAIS: "AS SETE REFORMAS
- APLICAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS AVANCA 8,1% EM 2018 E ATINGE R\$ 1,83 TRILHÃO
- BRASILEIROS BUSCAM EMPRÉSTIMOS PARA QUITAR DÍVIDAS, DIZ ESTUDO
- ATA DO COPOM REPETE QUE CONJUNTURA PRESCREVE POLÍTICA MONETÁRIA ESTIMULATIVA
- FOCUS REDUZ A PROJEÇÃO DE INFLAÇÃO OFICIAL PARA 3,87%
- APLICAÇÕES FINANCEIRAS DAS PESSOAS FÍSICAS CRESCEM 9% EM 2018, DIZ ANBIMA

- JURO RECUA 0,84% PARA EMPRESAS E 0,59% PARA CONSUMIDOR EM JANEIRO
- ASSIMETRIA DOS RISCOS É MENOS INTENSA, MAS CAUTELA É MELHOR FORMA DE ATUAR QUANTO AOS JUROS, DIZ BC
- BRASIL PERDE 7,2 MILHÕES DE LINHAS MÓVEIS EM 2018, DIZ ANATEL
- GHOSN RENUNCIA DE PRESIDÊNCIA DA RENAULT, MAS SE MANTÉM COMO DIRETOR
- AUTOPEÇAS FECHAM 2018 COM DÉFICIT DE US\$ 5,6 BILHÕES
- LOGIGO AUTOMOTIVE INAUGURA FÁBRICA NO BRASIL NO FIM DO MÊS
- IMPLEMENTOS INICIAM 2019 COM VENDAS 50% MAIORES EM JANEIRO

CÂMBIO		
EM 12/02/2019		
	Compra	Venda
Dólar	3,730	3,730
Euro	4,212	4,214

Fonte: BACEN

40% da indústria fechou o ano passado em crise

12/02/2019 – Fonte: Tribuna PR

Depois que a recessão ficou para trás, a recuperação gradual da atividade econômica em 2017 trouxe esperança de dias melhores no setor industrial. Mas 2018 revelou-se como uma sucessão de baldes de água fria. Quatro em cada 10 segmentos da indústria de transformação encerraram o ano em crise, segundo levantamento do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) obtido com exclusividade para o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado.

Dos 93 subsetores industriais investigados, 37 enfrentavam uma crise de moderada a fulminante, ou seja, 40% dos segmentos industriais acumularam uma queda na produção maior que 1% no ano em relação a 2017. Outros 14 segmentos ficaram estagnados.

O levantamento foi feito com base na Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física, apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o Iedi, 2018 trouxe maior fragilidade para a recuperação industrial, com uma desaceleração bastante disseminada entre os segmentos pesquisados.

Segundo Rafael Cagnin, economista-chefe do Iedi, os segmentos que lideraram as quedas (ver ao lado) são muito ligados aos fluxos de renda e à desaceleração do setor industrial como um todo. “Entre os que estão com melhor desempenho, há vários que tinham uma base de comparação muito baixa ou com perfil muito exportador, como fabricantes de papel e celulose, produtos de carnes, caminhões e ônibus, tratores e equipamentos agrícolas.”

Pelo menos cinco dos 37 subsetores em crise em 2018 pertenciam à indústria têxtil. “Os anos de 2015 e 2016 foram uma catástrofe. Em 2017, crescemos. Terminamos o ano numa trajetória positiva, e nosso prognóstico para 2018 era um PIB com crescimento em torno de 3%”, lembrou o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Valente Pimentel.

Segundo Pimentel, 2018 ia razoavelmente bem até abril. Em maio, a greve de caminhoneiros começou a mudar o rumo do setor. “Esse quadro foi muito frustrante”, definiu Pimentel.

A greve dos caminhoneiros provocou uma desorganização da produção industrial brasileira, reforçou Bernardo Almeida, analista da Coordenação de Indústria do IBGE. “Além disso, as incertezas eleitorais prejudicaram as decisões tanto de consumo quanto de investimentos”, enumerou Almeida.

A indústria nacional cresceu 2,3% no primeiro semestre de 2018, em relação ao mesmo período do ano anterior. No segundo semestre, a conjuntura menos favorável se traduziu num freio na produção, houve apenas ligeira alta de 0,1%, de acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal, do IBGE.

Almeida lembra que a indústria encerrou o ano com avanço de 1,1%, mas ainda sustentada pelo desempenho positivo do início de 2018. “Nós corremos o risco de trocar um processo de recuperação por um processo de banho-maria, de andar de lado”, alertou Rafael Cagnin, do Iedi.

“A contar pelo quarto trimestre de 2018, o primeiro trimestre de 2019 vai ser difícil, há um ajuste. Foi um freio muito forte ao longo do ano passado inteiro. O ano de 2019 vai depender muito de quais indicativos que a equipe econômica vai dar. Apesar dos indicadores econômicos mais favoráveis, ainda há incertezas no cenário doméstico”, acrescentou.

Melhora

As perspectivas para este ano, porém, ainda são otimistas. Em 2019, o mercado externo deve atrapalhar menos a indústria, enquanto a demanda doméstica pode ajudar mais, prevê o superintendente de Estatísticas Públicas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Aloisio Campelo.

“O desempenho deve ser melhor do que no ano passado ao longo dos trimestres, mas não será exuberante, até porque a Pesquisa Industrial Mensal traz um carregamento estatístico negativo”, disse Campelo. “No segundo semestre, a indústria pode ganhar um pouco mais de ritmo, dependendo da aprovação das reformas que estão sendo apresentadas pelo governo.”

Otimistas, 72,9% dos industriais pretendem aumentar produção, diz Fiesp

12/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-02-2019)

Os industriais paulistas estão otimistas com o horizonte de negócios em 2019, revela pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) com mais de 500 executivos do setor. Conforme o levantamento, 72,9% estão otimistas em relação ao ano e pretendem aumentar a produção. Em 2018, a parcela de empresários otimistas era menor, de 60,9%.

A decisão de aumentar a produção ainda no primeiro semestre foi citada por 68,2% dos industriais consultados. Do total, 67,2% esperam ampliar as vendas no mercado interno e 51,3% acreditam que irão aumentar suas exportações. “Essa percepção positiva está em todos os setores da economia. Agora, cabe a nós, sociedade e governo, arregaçarmos as mangas e tornar realidade esse otimismo”, afirma o presidente da Fiesp, Paulo Skaf.

Em relação à contratação de novos profissionais, 41,2% pretende aumentar o quadro de funcionários na primeira metade do ano, no melhor patamar desde 2011. Por tamanho, 44,8% das pequenas pretendem ampliar o quadro de empregados, ante 31,1% das indústrias médias e 37,9% das grandes.

Os industriais se mostraram otimistas com as perspectivas econômicas do País, a partir de um novo governo. Expressivos 92,4% dos consultados esperam aprovação da reforma da Previdência, com 60,9% já neste ano.

Ao mesmo tempo, 89,1% acredita que o governo implementará uma reforma tributária, com 71% apostando em aprovação já em 2019 ou 2020. Neste critério, ampla maioria (93,6%) avalia que o governo não aumentará a carga tributária, mesmo diante de sérias dificuldades fiscais do País.

O custo do crédito deverá ser reduzido, conforme avaliação de 87,9%, enquanto outros 75,8% esperam que o governo mantenha o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como importante catalisador da atividade industrial.

Os industriais ainda esperam aumento dos incentivos para investimentos (62,1%), à inovação e ao desenvolvimento tecnológico (63,0%) e a criação de uma nova política industrial (64,0%).

Investimento em máquinas e equipamentos deve crescer 30,1%, prevê Abimaq

12/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-02-2019)

As fabricantes de máquinas e equipamentos devem investir R\$ 2,7 bilhões em 2019, montante 30,1% superior ao montante investido em 2018, estima a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a partir de pesquisa feita com associados.

Em 2018, segundo a Abimaq, os investimentos representaram 3% da receita líquida. O setor considera a proporção baixa e lembra que, entre 2010 e 2013, a média foi de 9,3%.

“Os investimentos devem ganhar mais fôlego somente no segundo semestre, quando algumas reformas forem aprovadas e o nível de ociosidade reduzido, que hoje se encontra em 25%”, afirma João Marchesan, presidente da associação.

Segundo o relatório da Abimaq, as micro, pequenas e médias terão um crescimento maior nos investimentos em 2019, de 48,7% para as micro e pequenas, e de 50,3% para as médias. Os aportes das grandes devem avançar 17,9%.

Dos investimentos esperados para este ano, 35,5% devem ser destinados para modernização tecnológica, 30,5% para reposição de máquinas depreciadas, 24% na ampliação da capacidade industrial e 10% em outras áreas. “O que deverá impulsionar os investimentos é a nova rodada de concessões de setores de infraestrutura.”

Clima econômico dá um salto no Brasil e se descola da América Latina, diz FGV

12/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-02-2019)

O clima econômico no Brasil deu um salto em janeiro, descolando-se da América Latina e do resto do mundo. Sondagem da FGV (Fundação Getúlio Vargas) elaborada em conjunto com o instituto alemão ifo mostra que o Brasil foi um dos poucos países da América Latina a registrar melhora no ICE (Indicador de Clima Econômico), que saiu

de 33,9 pontos negativos em outubro de 2018 – data da última pesquisa – para 3,6 pontos positivos em janeiro, pesquisa mais recente. A próxima sai em abril.

A recuperação é explicada pelo forte aumento das expectativas, de 25,9 pontos para 88 pontos no período. Já a percepção sobre a situação atual melhorou, mas se mantém no nível negativo (de -77,8 pontos para -56 pontos).

O Indicador de Clima Econômico é composto pelo ISA (Indicador da Situação Atual) e o IE (Indicador de Expectativas), que tratam, respectivamente, da situação econômica geral do país no momento e do que se espera para os próximos seis meses. Os indicadores vão de -100 a 100, sendo zero o ponto de inflexão.

O Brasil foi o único país que melhorou a avaliação da situação atual e das expectativas, influenciando a melhora do indicador de toda a América Latina.

Ainda assim, o indicador atual brasileiro em 3,6 pontos está bem longe do pico ao redor de 50 pontos alcançado entre 2009 e 2010. “Apesar da melhora, o nível atual do clima econômico ainda é bastante instável, muito associado às promessas feitas pelo governo Bolsonaro, como a reforma da Previdência”, diz Lia Valls, pesquisadora associada do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da FGV.

Segundo ela, a manutenção do bom clima econômico vai depender dos próximos passos do governo. Em toda a América Latina, o indicador passou de -10,7 pontos para -9,1 pontos, ainda em zona desfavorável.

No mundo, clima econômico piora

Desde abril de 2013, o clima econômico no mundo era melhor do que na América Latina, resultado que se inverteu na sondagem atual.

Globalmente, o Índice de Clima Econômico (ICE) caiu e segue em zona desfavorável influenciado pela queda tanto dos indicadores que medem a situação atual quanto das expectativas.

O indicador de situação atual caiu de 12,2 pontos para 2,2 pontos. Já o indicador de expectativas, que já era desfavorável desde julho 2018, registrou uma nova queda e atinge em janeiro -2,7 pontos.

Nos EUA, por exemplo, a avaliação da situação atual foi positiva, mas piorou em relação a outubro de 2018, enquanto às expectativas tiveram forte deterioração com o indicador passando de -14 pontos para -49,2 pontos.

Na União Europeia, o cenário se repete. As grandes economias estão ainda experimentando uma conjuntura favorável, mas as expectativas não são boas.

Na América Latina, além do Brasil, o clima econômico melhorou na Argentina e na Bolívia. A Argentina, porém, se mantém em nível desfavorável. Na outra ponta, a Venezuela registra o pior clima econômico possível (-100).

A sondagem é feita com base em informações prestadas a cada três meses por especialistas nas economias de seus respectivos países. Em janeiro, foram consultados 138 especialistas econômicos em 15 países da América Latina.

"Mais exportações brasileiras vão para poucos países

12/02/2019 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 11-02-2019)

53% das exportações brasileiras foram para cinco países no ano passado. Em 2009, grupo respondia por 41,7% dos negócios. As exportações brasileiras estão ficando mais concentradas em poucos destinos. Dados da Secretaria de Comércio Exterior

(Secex) mostram que os cinco maiores mercados para os produtos brasileiros - China, Estados Unidos, Argentina, Holanda e Chile- foram responsáveis por 53,1% da pauta brasileira de exportações em 2018.

Um ano antes esse percentual era de 48,9%. E, em 2009, essa participação correspondia a 41,7%. Nos últimos cinco anos, essa concentração vem aumentando. E, no ano passado, atingiu o maior pico em dez anos.

Concentração das exportações brasileiras

Um dos principais responsáveis por esse aumento na concentração foi a expansão nas vendas de commodities para a China. No ano passado, as exportações para a segunda maior economia mundial tiveram um crescimento de 35,2%. O total de negócios atingiu US\$ 64,2 bilhões.

A guerra comercial entre os EUA e a China, respectivamente o maior produtor e o maior consumidor mundial de soja, acentuou a importância da oleaginosa na pauta de exportações do Brasil para a segunda maior economia mundial. Em 2018, passou a representar 13,83% do total vendido no exterior, contra os 11,8% de 2017.

Outro fator que impactou negativamente para o Brasil foi a entrada com vigor dos produtos chineses na América do Sul nos últimos anos. Isto acabou tirando mercado na região, afirma Diego Bonomo, gerente de assuntos internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI). As exportações brasileiras para a região, em 2018, foram de US\$ 35,2 bilhões, 7,94% a menos do que há dez anos. "O único lugar em que o Brasil ganhou participação de mercado foi na Guiana."

Dificuldade para exportar

O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, destaca que o país tem uma imensa dificuldade para exportar. "Se o Brasil não reduzir esse custo, uma das soluções vai ser rezer em mandarim", diz ele, referindo-se ao crescimento das exportações de matérias-primas para a China.

Segundo Castro, é preciso investir na reforma previdenciária, na tributária, facilitar investimentos privados em infraestrutura e reduzir a burocracia. Um ranking do Banco Mundial mostra que entre 190 países, o Brasil é 106º em facilidade para o comércio exterior. E a Heritage Foundation mostra que o país é moderadamente livre quanto à questões comerciais. Segundo a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil tinha, em 30 de junho, 634 barreiras não tarifárias.

Um segundo passo, segundo o presidente da AEB, para o Brasil diversificar mercados é o estabelecimento de acordos bilaterais. "É importante, mas não essencial no momento, porque o Brasil não teria como se beneficiar devido aos custos internos que tem."

Mas, segundo Bonomo, a maior presença de mercadorias brasileiras no exterior não depende só de incentivos ou de reformas por parte do governo. "Nossa cultura empresarial é pouco avessa ao risco no mercado externo. A internacionalização precisa fazer parte da estratégia de negócio das empresas."

Concentração e aumento nas vendas de commodities

O aumento na concentração de mercado veio acompanhado de um crescimento nas vendas de commodities. "São mercadorias que o Brasil não tem poder de controle, ou seja, não define o preço", diz Castro, da AEB. No ano passado, as exportações de soja cresceram 29,1% e as de minério de ferro, 5,3%.

Ele ressalta que a importância de produtos industrializados na pauta de exportações vem perdendo força, mesmo entre tradicionais compradores, como os Estados Unidos. No ano passado, dos dez produtos mais exportados para a maior economia mundial, apenas três eram de alto valor agregado: turbinas a gás; aviões e escavadeiras.

Outro país em que está havendo queda nas exportações de produtos manufaturados é a Argentina. A justificativa é a crise econômica no país que deve fazer com que a economia de lá se retraia 2,6% neste ano, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No ano passado, as exportações de carros - o principal produto de exportação para lá - caíram 23,3%; as de máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, 27,7% e as de artigos plásticos, 11,2%. E diante do cenário negativo projetado para a economia do país vizinho, a tendência é de que os maus números se repitam em 2019. Apenas as vendas externas de veículos para lá despencaram 59,5% no comparativo dos primeiros meses de 2018 e 2019.

Culpa do custo Brasil

Castro atribui a retração nas exportações dos manufaturados ao custo Brasil. Dados do Secex mostram que a importância deles caiu na pauta de exportações. Em 2005, eles representavam 59% do total dos produtos brasileiros comercializados no exterior. No ano passado, esse percentual tinha caído para 40%.

Um estudo feito no ano passado pelo técnico Fernando Ribeiro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), mostra que "os últimos dez anos foram muito ruins para as exportações de bens industrializados, com redução no quantum exportado e do market share generalizada, seja em termos de setores, produtos ou países de destino."

O estudo aponta que, em 2009, o market share dos produtos industrializados brasileiros no mercado internacional era de 0,99%. Em 2016, essa participação caiu para 0,77%, de acordo com o levantamento de Ribeiro.

"O custo Brasil também criou um viés anti-exportação", diz Diego Bonomo, gerente executivo de assuntos internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Segundo ele, isto acaba estimulando o empresário a ficar concentrado no mercado interno. "

SoftBank investe US\$ 1 bi em startup de entrega por robô

12/02/2019 - Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 11-02-2019)

Carros elétricos têm metade de um sedã e são feitos especialmente para cidade

O SoftBank investirá quase US\$ 1 bilhão (cerca de R\$ 3,7 bilhões) em uma startup de veículos de entrega por robôs, uma pesada injeção de capital com potencial para ajudar a acelerar a corrida por veículos autônomos nas estradas.

A Nuro arrecadou US\$ 940 milhões do Vision Fund, fundo de tecnologia do banco de quase US\$ 100 bilhões, informou a startup nesta segunda-feira (11).

Fundada em 2016, a empresa é avaliada em US\$ 2,7 bilhões. A startup de Mountain View, na Califórnia, traçou um caminho diferente no desenvolvimento de veículos sem motoristas, apostando em carros elétricos feitos especialmente para entregas na cidade, em vez de robôs ou caminhões de longa distância.

O veículo de Nuro tem a metade do tamanho de um sedã compacto.



Mercado de capitais inicia bem o ano

12/02/2019 – Fonte: DCI

Depois de um final de 2018 tenso, quase dramático, 2019 se inicia de maneira bem mais positiva, com uma expressiva recuperação nas bolsas de valores ao redor do globo.

“A explicação para isso se resume na mudança de postura do FED, o banco central norte-americano, e nas perspectivas de que os Estados Unidos e a China possam chegar a um acordo comercial no primeiro trimestre deste ano”, diz a CEO-Founder da Sparks Capital, Ana Elisa Bacha Lamounier.

O estresse do mercado no último trimestre do ano passado foi fruto da percepção dos investidores, derivado da análise dos diversos pronunciamentos dos membros da autoridade monetária, bem como das atas das reuniões do comitê de política monetária, de que o aperto monetário colocado em prática pelo FED desde o final de 2015 seria mais forte do que se pensava anteriormente, fruto do forte desempenho da economia, o que gerou uma forte realização nos mercados acionários ao redor do globo.

A partir da segunda quinzena de novembro o FED começou a mudar o discurso e após a alta dos juros em dezembro, para 2,5%, passou a comunicar que a política de juros entraria em compasso de espera, passando a ser dependente dos dados a serem divulgados. Esta mudança de postura provocou uma certa recuperação nas bolsas e o estresse do mercado se reduziu substancialmente.

Para Ana Elisa, outro fator importante foi o clima mais cordial nas relações entre os Estados Unidos e a China, indicando que as negociações comerciais colocadas em prática neste primeiro trimestre podem ser decisivas para desanuviar o clima de tensão entre os dois países e propiciar um acordo que possibilite que o comércio internacional siga sem turbulências.

No Brasil o destaque foi a posse do novo governo e a sinalização de que a reforma da Previdência Social, ponto central na administração das contas fiscais, será abrangente e profunda e encaminhada ao Congresso o mais rápido possível. Também os nomes que completam a equipe econômica produziram ótima impressão entre os investidores. “Além disso, alguns dados da economia continuaram a apresentar bom desempenho, como a inflação, que continua a oscilar abaixo dos 4%”, destaca a executiva da Sparks Capital.

Às vésperas de reforma, pedidos de benefício ao INSS crescem 28,7%

12/02/2019 – Fonte: Folha de S. Paulo

No primeiro mês deste ano, 234.595 segurados solicitaram o benefício

Os pedidos de aposentadoria feitos ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) aumentaram quase 30% em janeiro deste ano na comparação com o mesmo período de 2018, segundo dados do instituto. No primeiro mês deste ano, 234.595 segurados solicitaram o benefício, ante 182.289 em janeiro de 2018.

O INSS não comenta os números, mas extraoficialmente as informações são que a corrida para se aposentar está ligada às discussões da reforma da Previdência. “A gente conversa diretamente com as pessoas e há um medo muito grande com relação a essa reforma previdenciária”, afirma o advogado Roberto de Carvalho Santos, presidente do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários).

No entanto, para o especialista, não há motivos para pedir o benefício sem se planejar, principalmente nos casos de quem já atingiu os requisitos para ter a aposentadoria, pois, mesmo com a aprovação de novas regras, há o direito adquirido.

Além disso, segundo ele, quem tiver condições para se aposentar pelas regras antigas, mas tiver vantagem com as mudanças, pode optar pelo melhor benefício. "Os servidores do INSS são obrigados a calcular o melhor benefício possível."

Santos diz que a renda da aposentadoria é para toda a vida e, por isso, é preciso planejamento. "Mesmo que a pessoa não pare de trabalhar imediatamente, vai substituir a renda dela em algum momento."

"Governadores querem dinheiro para apoiar a reforma da Previdência. Estados querem poder antecipar receitas, aumentar alíquota de contribuição dos servidores e usar dinheiro de impostos para pagar aposentadorias."

Sindicato briga por contribuição de inativo

12/02/2019 – Fonte: DCI

Associações que representam os aposentados prometem trabalhar para derrubar no Congresso Nacional a tentativa do governo federal de dificultar o repasse de mensalidades aos sindicatos.

Esses valores são descontados diretamente dos benefícios e, só em dezembro de 2018, irrigaram os cofres dessas entidades com R\$ 59,2 milhões, de acordo com o INSS. A transferência, que funciona como uma espécie de "imposto sindical" cobrado dos inativos, é um dos canais de fraudes já identificados pelos técnicos da área econômica.

Ao todo, 2,75 milhões de beneficiários tiveram o benefício descontado em dezembro por meio de 18 acordos vigentes com as entidades de classe. Considerando esse valor, o repasse total chega a R\$ 710 milhões ao ano. O governo do ex-presidente Michel Temer já tinha acabado com o imposto sindical obrigatório às centrais na reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017.

A Medida Provisória 871, que trouxe uma série de medidas antifraude no âmbito do INSS, passou a exigir dos aposentados renovação anual da autorização para o desconto, que pode chegar a 2% do valor do benefício. A iniciativa despertou reação das entidades, que na semana passada estiveram com o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, para tentar reverter a medida.

Muitas vezes os aposentados assinam a autorização para o desconto da mensalidade para essas entidades sem perceber - o valor chega a ser embutido em consignados - ou nem sabem que estão efetuando esse pagamento. Uma vez autorizado, o repasse é feito de forma permanente até que haja o pedido de cancelamento. O controle é dificultado porque os aposentados não recebem contracheque, que fica disponível só online.

Denúncias

Como mostrou o Broadcast, serviço de notícias em tempo real do Grupo Estado, em janeiro, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) decidiu em setembro de 2018 notificar o Ministério Público Federal e a Polícia Federal sobre denúncias de irregularidades envolvendo associações de aposentados. Essa notificação foi emitida em novembro de 2018.

O secretário-geral da Confederação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos (Cobap), Luiz Legnani, afirma que a exigência da renovação anual pode comprometer a prestação de serviços das entidades ligadas à confederação. "Nossos associados contribuem com 1% (do benefício), mas têm médicos gratuitos, parceria com

laboratórios, clínicas que dão descontos em consultas e exames. É uma maldade querer obrigar os associados a ir à entidade e renovar seu desconto em folha."

Para ele, mesmo que as entidades façam campanha pela renovação, muitos vão desistir de ir até a associação para dar nova autorização. Segundo Legnani, a medida pode ser "um baque" nas contas dessas associações. A Cobap tem mais de um milhão de associados, 220 mil deles com desconto em folha. Eles já têm buscado lideranças no Congresso para tentar reverter a medida - o texto da MP precisa passar pela comissão mista e pelos plenários da Câmara e do Senado.

O presidente do Sindicato Nacional dos Aposentados da Força Sindical, João Inocentini, afirma que o desconto é voluntário e que os segurados podem se desfiliar a qualquer momento. "É a maior sacanagem o que o governo está fazendo. É como se todo ano o segurado tivesse de ficar sócio de um clube", critica. "Temos 150 funcionários, fazemos uma prestação de serviços."

Fiscalização

O INSS informou que realiza fiscalizações periódicas nas entidades conveniadas para comprovar a existência e a regularidade das autorizações. "Comprovada a inexistência de autorização do desconto por parte do aposentado ou pensionista, o INSS promoverá a exclusão da base de filiados dessa entidade e restituirá os valores ao beneficiário, devidamente corrigidos, com explicação sobre os montantes recebidos pela entidade que firmou o acordo", diz o órgão.

Congresso apoia reforma, mas rejeita endurecimento na idade mínima

12/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-02-2019)

Uma pesquisa encomendada pelo BTG Pactual com deputados e senadores mostra que mais de três quintos deles concordam reformar a Previdência, o mínimo necessário para aprovar uma emenda constitucional nas duas casas. No entanto, a idade mínima, considerado o ponto mais importante por economistas especializados, conta com apoio insuficiente na proposta de 65 anos para homens e de 62 para mulheres, e menos ainda na que estabelece 65 para ambos os sexos.

Vale ressaltar que o levantamento, produzido pela FSB Pesquisa, não ouviu todos os parlamentares. Foram 235 deputados, ou 45% dos 513 que compõem a Câmara, e 27 senadores, ou um terço dos 81. A amostra, contudo, é proporcional ao tamanho das bancadas partidárias nas duas casas. As entrevistas foram feitas entre os dias 4 e 8 de fevereiro, período marcado pela discussão da minuta da reforma, divulgada em primeira mão pelo Estadão/Broadcast no dia 4 e que previa idade mínima de 65 para ambos os sexos.

Segundo a pesquisa, a necessidade de reformar a Previdência é defendida por 82% dos deputados e 89% dos senadores. O apoio chega a ser de 100% em apenas dois partidos, considerando a soma das duas casas: PP e PSDB. O PSL, do presidente Jair Bolsonaro, aparece com 92%. O PT, da oposição, é o que menos concorda, com 37% de parlamentares favoráveis.

Quando os parlamentares são questionados sobre a idade mínima sem que nenhuma idade de referência seja citada, também há apoio de mais de três quintos, de 69% entre os deputados e de 93% dos senadores.

Contudo, as duas possibilidades mais discutidas para esse item, de 65 anos para ambos os sexos ou de 65 para homens e 62 para mulheres, contam com apoio de menos da metade dos parlamentares. A primeira, mais dura, tem 20% de concordância entre deputados e de 19% entre senadores. A segunda, mais suave, tem 37% de apoio na Câmara e de 48% no Senado.

A pesquisa também pergunta se os parlamentares são favoráveis ou não à diferenciação de idades entre homens e mulheres, sem apresentar números específicos. Nesse ponto, há apoio suficiente. Entre os deputados, 71% defendem a diferenciação. Entre os senadores, 85% são a favor.

Os resultados dão a entender, portanto, que os parlamentares querem uma idade mínima diferenciada para homens e mulheres, porém com números inferiores à proposta de 65 para eles e 62 para elas. Ainda nos primeiros dias do seu mandato, Bolsonaro chegou a propor 62 para homens e 57 para mulheres.

Outros pontos

A pesquisa mostra ainda que a inclusão dos militares na reforma também conta com apoio expressivo. Na Câmara, 85% são favoráveis, enquanto 78% defendem a medida no Senado.

Já a criação do regime de capitalização divide os parlamentares: 48% dos deputados são a favor, o mesmo percentual para os senadores. Sobre a igualdade de regras para trabalhadores rurais e urbanos, 19% dos deputados apoiam e 30% dos senadores são a favor.

Em relação ao período de transição, 38% dos deputados defendem um período mais curto, de 10 anos, com idade mínima menor. Entre os senadores, 48% são a favor desse formato. Para um período mais longo, com idade mínima maior, na Câmara o apoio é de 34%, enquanto no Senado é de 22%.

A pesquisa mostra que 70% deles acreditam que a reforma da Previdência será aprovada pelo Congresso. Entre os deputados, 58% acham que a proposta será votada na Câmara ainda no primeiro semestre deste ano.

Em relação à aprovação da reforma no Congresso, a expectativa positiva é de 69% entre deputados e de 82% entre senadores. Os principais obstáculos citados foram divergências entre parlamentares (17%), articulação do governo (16%), complexidade da proposta (10%), opinião pública desfavorável (8%) e falta de diálogo com a população (7%).

Sobre a expectativa de votação na Câmara, primeira casa do Congresso a receber a proposta, 23% acreditam que o texto deve ser votado já neste primeiro trimestre. Outros 35% preferem apostar no segundo trimestre.

Uma parcela ainda menos otimista, de 25%, fala em votação no terceiro trimestre. Os mais pessimistas, que somam 5%, acreditam que a proposta será apreciada pelo plenário só em 2020. Os demais não souberam ou não responderam.

Governadores querem dinheiro para apoiar a reforma da Previdência

12/02/2019 – Fonte: Gazeta do Povo

Governadores pressionam a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, para prever, no texto da reforma da Previdência, soluções para a falta de dinheiro nos estados no curto prazo. Em troca, prometem apoiar a reforma das aposentadorias.

As medidas fazem parte do texto preliminar sobre o qual o time de Guedes se debruça. Há, porém, resistência no próprio ministério, da ala que defende o ajuste dos estados sem o auxílio complementar do governo federal. O embate técnico consumiu o fim da semana passada e uma decisão será tomada nos próximos dias.

Para evitar a retirada dos trechos de seu interesse do texto final da reforma, os governadores do Nordeste enviaram como representante o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), para uma conversa com o secretário de Previdência, Rogério

Marinho. Os dois se encontraram na quinta-feira (7) e, na reunião, Dias disse a Marinho que os governadores têm interesse em apoiar a reforma, desde que sejam atendidas medidas que atenuem o déficit previdenciário dos servidores estaduais.

Os governadores têm encontro marcado com Guedes e sua equipe para a quarta-feira da semana que vem (20), para discutir a versão final da reforma, que deverá ser apresentada ao Congresso na terça-feira (19).

“A Previdência dos servidores estaduais está quebrada”

O diagnóstico dos governadores é que os gastos com a Previdência consomem parte relevante do orçamento dos estados. Segundo Wellington Dias, 19 estados informaram ter salários de servidores atrasados. Oito decretaram calamidade financeira.

Os governadores defendem a criação de fundos de Previdência estaduais, que retirariam esses gastos dos orçamentos regionais. “Reconhecemos que há a necessidade de mudar a Previdência dos servidores porque ela está quebrada e há a necessidade de uma solução”, afirma Dias. “Mas qual é a nossa cobrança? Que, com as medidas de longo prazo, haja um esforço para melhorar as condições de curto prazo, para hoje, que valham não só para os estados, mas também para a União.”

Os trechos da proposta de reforma da Previdência que contemplam os pedidos dos estados reformulam artigos da Constituição. Eles preveem a constituição de fundos que administrarão a Previdência dos estados. E seriam de natureza privada, ou seja, sem possibilidade de retirada pelos governadores.

Permitem a vinculação de receitas de impostos para os fundos de Previdência, principalmente os recursos que chegam por meio do FPE (Fundo de Participação dos Estados), com o limite de 50%. Esses fundos, segundo os trechos da proposta de reforma, poderão receber recursos por meio da venda de direitos futuros dos estados, como recebíveis da dívida ativa, antigo pleito dos governadores para trazer a valor presente (mesmo que com desconto) quantias que receberiam de devedores no longo prazo.

A proposta também autoriza os governadores a aumentar a contribuição dos servidores.

O petista Wellington Dias afirma que, independentemente do partido, todos os governadores enfrentam hoje a mesma agenda. “A posição de ter uma solução para o curto prazo é dos governadores de todo o Brasil. Cada um dos que tomaram posse, todos compreendem que é necessário buscar uma solução”, disse.

Um dos formuladores da solução dos governadores é o economista Raul Velloso, que está assessorando os estados do Nordeste. “É preciso tirar o déficit da Previdência do orçamento dos estados porque ele não cabe mais”, afirmou.

Segundo Velloso, os gastos com a Previdência dispararam nos governos estaduais a partir de 2014, em parte em razão da chegada de mais servidores à idade de aposentadoria.

Para cobrir essas despesas, os estados usaram recursos próprios e de empréstimos, o que resultou em déficits que somam R\$ 77 bilhões.

Pelas projeções de Velloso, esses gastos continuarão em forte ascensão até a metade da década de 2030, e só aí começariam a declinar como resultado das mudanças nas regras ocorridas desde 2003, como a fixação do teto do INSS para servidores públicos e a criação da previdência complementar do funcionalismo.

Ainda assim, as receitas previstas ficarão abaixo das despesas pelos próximos 70 anos, o que em seus cálculos resultará em um passivo somado de cerca de R\$ 1,8 trilhão a valores de hoje."

Editoriais: "As sete reformas

12/02/2019 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 11-02-2019)

O país está maduro para levar adiante reformas importantes, sem as quais não conseguirá ter crescimento econômico

O Brasil tem a fama de muitas vezes fazer a coisa certa... depois de tentar todas as erradas. Indo para o fim da segunda década do século 21, o atual momento indica que o país está maduro para levar adiante reformas importantes, sem as quais não conseguirá ter crescimento econômico, desenvolvimento social e êxito na superação da pobreza.

O quadro geral da economia brasileira e a situação de deterioração acelerada das finanças do setor público consolidado – que inclui municípios, estados, União e empresas estatais – andam tão precários e caminhando para o caos que boa parcela da população já compreendeu que as reformas são necessárias.

Entre as muitas variáveis importantes que por si demonstram serem várias as reformas necessárias, três se destacam: a precária e insuficiente infraestrutura física, a falência financeira de quase todos os entes estatais e o aumento da expectativa de vida da população – que já passa dos 75 anos.

O presidente Jair Bolsonaro, orientado e apoiado pelo trabalho do ministro da Economia, Paulo Guedes, e sua equipe, encaminhou mensagem ao Congresso Nacional no início deste mês comprometendo-se a levar adiante sete reformas essenciais para o progresso material e a melhoria social, a saber: reforma da Previdência Social, pública e privada; reforma tributária; privatização de empresas estatais, incluindo serviços operacionais na infraestrutura; revisão e redução dos subsídios fiscais, creditícios e monetários; reforma administrativa, com diminuição da burocracia; autonomia do Banco Central; e ampliação da liberdade comercial, com maior abertura internacional.

Essas reformas não esgotam o leque de modernizações que se podem fazer e que são necessárias para o progresso material, o desenvolvimento social e o combate à violência, criminalidade e corrupção.

Além das sete reformas gestadas no âmbito do ministério da Economia, há o pacote já apresentado ao Congresso pelo ministro Sergio Moro, com um conjunto de medidas que buscam a atualização de leis e códigos importantes para reduzir a impunidade, agravar penas e tornar a Justiça mais eficaz.

O fato é que, mesmo merecendo ajustes em pontos específicos, o governo começou a agir e o parlamento reformulado sugere que haverá boa acolhida das propostas e, portanto, boa probabilidade de tramitação e aprovação.

Vale mencionar que nenhuma reforma é perfeita e muito menos tem o poder de agradar a todos, além de ser certa a oposição dos partidos de esquerda, que serão contra tudo que vier do atual governo.

O mais importante, porém, é que as reformas atendam aos interesses do país e sejam capazes de recolocar a economia no rumo do crescimento e consertar o rombo financeiro do setor estatal. Eventuais defeitos ou pontos obscuros serão submetidos ao crivo dos debates parlamentares e nada mais normal que assim seja, pois o Poder Legislativo é o fórum adequado para as discussões e a manifestação dos vários

segmentos da sociedade. O importante é que a população tome conhecimento do teor das propostas de cada uma das reformas e suas complexidades, pois uma questão é quase um consenso: sem reformas e mantido tudo como está, o país não sairá do caos econômico e do atraso social.

O mais importante a ser entendido é que as reformas e suas medidas devem ser percebidas à luz dos problemas nacionais, independentemente de terem sido propostas por este ou aquele governo.

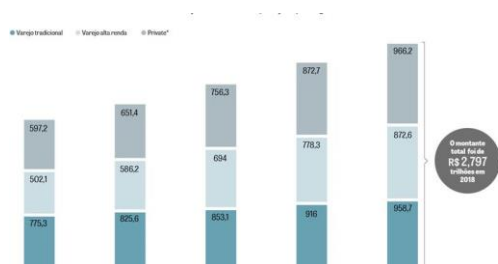
A rejeição ou aprovação pura e simples, sem análise, apenas em função de simpatia ou antipatia pelo governo, é postura que não ajudará o país a sair do quadro econômico e social dramático no qual foi jogado por governos ruins gerindo um setor público inchado, ineficiente, oneroso para a população, endividado e com altas taxas de corrupção.

O Brasil tem pressa, pois muito tempo já foi perdido e, tendo terminado o ano com 208,5 milhões de habitantes, a elevação do padrão médio de bem-estar deve ser prioridade de todos, sociedade e governo.

Aplicação de pessoas físicas avança 8,1% em 2018 e atinge R\$ 1,83 trilhão

12/02/2019 – Fonte: DCI (publicado em 11-02-2019)

Dados da Anbima apontam que apesar da maior parte das alocações ainda ser voltada para a poupança, com 39,9% do total, os fundos de investimentos também começam a ganhar espaço



As aplicações de pessoas físicas totalizaram R\$ 1,831 trilhão no varejo em 2018. O volume é 8,1% maior do que o observado em 2017 (R\$ 1,694 trilhão). Apesar da maior parte ainda ser voltada para a poupança, os fundos de investimentos têm ganhado espaço.

Os dados, divulgados ontem pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), apontam que 39,9% (R\$ 730,7 bilhões) do total aplicado por pessoas físicas é voltado para poupança, um valor 10% maior do que o visto em 2017 na modalidade (R\$ 664,2 bilhões).

Já os fundos de investimentos – que desde 2017, com as consecutivas quedas da taxa básica de juros (Selic) acabaram atraindo parte dos investidores conservadores e ultrapassaram o montante alocado em títulos e valores mobiliários – registraram alta de 10,7% na mesma base de comparação, de R\$ 538 bilhões para R\$ 595,9 bilhões. Os títulos e valores mobiliários, por sua vez, somaram R\$ 504,7 bilhões, aumento de 2,6% em igual relação com 2017 (R\$ 492,1 bilhões).

De acordo com o vice-presidente do comitê de varejo da associação, Claudio Sanches, porém, na abertura dos instrumentos, os destaques são dos fundos de ações e multimercados, “porta de entrada para os clientes dispostos a experimentar risco” num cenário de Selic mais baixa.

“Apesar da grande concentração em poupança, é um segmento cujo estoque cresce em intensidade menor. Uma alternativa que também acaba aparecendo é o Tesouro

Direto, oferecido com taxa zero pelas operadoras. Já no varejo alta renda, percebemos que o cliente começa a ficar mais atento com o crescimento da bolsa de valores (ações) e uma maior tendência de migração para produtos de renda variável”, explicou o especialista.

Mais ricos

Ainda segundo a associação, o segmento de private banking atingiu R\$ 1,080 trilhão em 2018, avanço de 11,6% ante 2017 (R\$ 968,8 bilhões). Para o presidente do comitê de private banking da Anbima, João Albino, o crescimento veio ancorado nas melhores perspectivas do mercado.

“Foi um avanço robusto, com a valorização de ativos de forma geral. Além disso, em renda variável, também começamos a ver uma aceleração do mercado e, apesar de a indústria ainda depender do caminhar da agenda do governo, tudo indica que teremos um *pipeline* muito grande tanto para M&A [do inglês para fusões e aquisições] como para IPOs [do inglês para ofertas públicas iniciais de ações]. É uma tendência”, afirma. Ele também reforça o destaque a distribuição de debêntures, que somou R\$ 22,4 bilhões no ano passado, alta de 5,2% frente a 2017 (R\$ 21,3 bilhões).

“Neste ano, temos tudo para a indústria superar o crescimento de 2018, com uma valorização crescente do estoque em renda variável. Os clientes já começam a buscar ativos de prazos mais longos, o contínuo crescimento da previdência e uma disputa cada vez mais acirrada pelos players da indústria”, completa Albino.

Brasileiros buscam empréstimos para quitar dívidas, diz estudo

12/02/2019 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 11-02-2019)



Mais de 62 milhões de brasileiros terminaram 2018 no vermelho

Quase metade dos brasileiros que buscam por empréstimos no Brasil (48%) têm o objetivo de quitar dívidas com os recursos obtidos. A grana extra também é procurada para a abertura de novos negócios (17%) e reforma da casa (10%).

Informações do SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) apontam que aproximadamente 62,6 milhões de brasileiros terminaram 2018 com as contas no vermelho.

Os dados da pesquisa, que foram apresentados a partir de informações de 270 mil pessoas que buscaram linhas de crédito entre maio de 2017 e novembro de 2018, mostra ainda que 47% das procuras foram feitas por assalariados, 34% por autônomos, 8% por funcionários públicos, 7% por aposentados e 3% por desempregados.

Cartão tira o sono

De acordo com um outro levantamento realizado pelo aplicativo Guiabolso, a fatura do cartão de crédito é a conta que mais tira o sono dos brasileiros. O débito foi citado por 45,5% dos entrevistados pelo estudo. Cálculos apontam que os usuários da plataforma desembolsam, em média, R\$ 2.661 mensalmente com as faturas.

Em seguida, aparecem as pessoas que mencionam o aluguel e financiamento (14,2%) como a conta que mais causa preocupação no dia a dia. Há ainda quem tenha dores de cabeça causadas pelos pagamentos do IPVA (12,7%), gastos escolares (8,9%), contas de água e luz (3,8%), IPTU (2,7%) e boletos de telecomunicações (2,1%).

Questionados sobre o que motivava o temor pelas contas citadas, mais da metade dos entrevistados (52,3%) culpou o alto valor do boleto. Outros 21,2% afirmaram que a dor de cabeça é causada por ser um gasto recorrente, e 10,8% disseram "nunca" saber quanto vão pagar.

Ata do Copom repete que conjuntura prescreve política monetária estimulativa

12/02/2019 – Fonte: DCI

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reafirmou na manhã desta terça-feira, 12, na ata do encontro da semana passada, que a conjuntura econômica com inflação controlada e elevado grau de ociosidade na economia continua prescrevendo uma política monetária estimulativa, ou seja, com taxas de juros abaixo da taxa estrutural.

"Embora estimativas dessa taxa envolvam elevado grau de incerteza, os membros do Comitê manifestaram entendimento de que as atuais taxas de juros reais ex-ante têm efeito estimulativo sobre a economia", acrescentou o documento.

Para os membros do Copom, o grau de estímulo adequado depende das condições da conjuntura, em particular, das expectativas de inflação, da capacidade ociosa na economia, do balanço de riscos e das projeções de inflação. "Em especial, a provisão de estímulo monetário requer ambiente com expectativas de inflação ancoradas", completou a ata.

Focus reduz a projeção de inflação oficial para 3,87%

12/02/2019 – Fonte: DCI (publicado em 11-02-2019)

Instituições financeiras reduziram pela quarta vez seguida a previsão para a inflação neste ano. De acordo com a Pesquisa Focus do Banco Central (BC), a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 3,94% para 3,87%.

A projeção foi divulgada ontem pelo boletim Focus do Banco Central (BC). Para 2020, a previsão para o IPCA permanece em 4%. Para 2021 e 2022 também não houve alteração na estimativa: 3,75%. A meta de inflação deste ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%. A estimativa para 2020 está no centro da meta (4%). Essa meta tem intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Para 2021, o centro da meta é 3,75%, também com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. O CMN ainda não definiu a meta de inflação para o ano de 2022. Para controlar a inflação e alcançar a meta, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic. Para o mercado financeiro, a Selic deve permanecer no seu mínimo histórico de 6,5% ao ano, até o fim de 2019. Para o final de 2020, a estimativa para a taxa é 8% ao ano, assim como a previsão para 2021 e 2022.

Prévia do IGP-M

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) registrou inflação de 0,2% na primeira prévia de fevereiro. A taxa é superior à registrada na prévia de janeiro (0,03%). Segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV), com o resultado divulgado ontem, o IGP-M acumula taxa de 6,88% em 12 meses.

A alta da taxa do mês de janeiro para fevereiro foi puxada pelos preços no atacado, medidos pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), que registrou inflação de 0,22% na prévia de fevereiro. Em janeiro, o subíndice havia registrado deflação (queda de preços) de 0,13%.

Aplicações financeiras das pessoas físicas crescem 9% em 2018, diz Anbima

12/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-02-2019)

O volume de aplicações financeiras das pessoas físicas cresceu 9% em 2018 em relação ao ano anterior, para R\$ 2,797 trilhões, de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (Anbima). Incluindo as aplicações em previdência do público de private banking, o total das aplicações somou R\$ 1,08 trilhão.

No segmento de varejo, o total das aplicações financeiras foi de R\$ 1,831 trilhão, montante 8,1% superior a 2017. No varejo tradicional, as aplicações somaram R\$ 958,7 bilhões, correspondendo a um aumento de 4,7% em relação a 2017, enquanto no varejo alta renda houve aumento de 12,1% no mesmo período comparativo, para R\$ 872,6 bilhões.

A concentração dos investimentos das pessoas físicas de varejo continua na poupança, com 39,9% de participação, segmento para o qual foram destinados R\$ 730,7 bilhões em 2018, de R\$ 664,2 bilhões em 2017.

Os títulos e valores mobiliários responderam por 27,6% das aplicações do varejo, somando R\$ 504,7 bilhões no ano passado, de R\$ 492,1 bilhões em 2017. Os fundos de investimento atraíram R\$ 595,9 bilhões, respondendo por 32,5% das alocações das carteiras, contra R\$ 538 bilhões em 2017.

Os investimentos das pessoas físicas do segmento private estiveram em sua maioria nos fundos, que atraíram R\$ 517 bilhões do total de R\$ 1,08 trilhão em 2018. Em 2017, os investidores private destinaram R\$ 450,8 bilhões para os fundos.

Os investimentos em ativos de renda fixa atingiram R\$ 290,2 bilhões em 2018, acima dos R\$ 270,8 bilhões em 2017, enquanto os investimentos em renda variável somaram R\$ 154,9 bilhões no ano passado, de R\$ 147,3 bilhões. Os investimentos em previdência aberta subiram para R\$ 114,6 bilhões no ano passado, de R\$ 96,1 bilhões em 2017.

Juro recua 0,84% para empresas e 0,59% para consumidor em janeiro

12/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 11-02-2019)

Empresas e consumidores que contraíram alguma modalidade de crédito em janeiro já conseguiram taxas médias de juro 0,84% e 0,59%, respectivamente, mais baratas que as médias praticadas em dezembro. É o que aponta pesquisa feita pela Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac) no mês passado divulgada nesta segunda-feira (11).

A taxa de juros média geral para pessoa jurídica apresentou uma redução de 3,57% em dezembro para 3,54% no mês passado, uma ligeira queda de 0,03 ponto porcentual no mês, correspondente ao recuo de 0,84%, já citado. Em 12 meses, o recuo da taxa de juro cobrada das empresas acumula queda de 1,01%.

Com a queda do juro para as empresas em janeiro, a taxa anual ficou em 51,81%, a menor já registrada desde novembro de 2014, segundo o levantamento da Anefac. Para o consumidor, a taxa média de juro caiu em janeiro para 6,75% ao mês, de 6,79% em dezembro do ano passado, um recuo de 0,04 ponto porcentual

correspondente a uma queda de 0,59%. A taxa média de juro para pessoa física anual fechou em janeiro em 118,99%, a menor desde março de 2015.

Para o diretor-executivo de estudos e pesquisas da Anefac, Miguel José Ribeiro de Oliveira, essa redução pode ser atribuída à melhora do cenário econômico com crescimento da economia, o que reduz o risco da inadimplência. Também considera as taxas de juros e spreads em patamares elevados, possibilitando redução das mesmas mesmo com a manutenção da Selic.

Oliveira acredita que para os próximos meses a tendência é que as taxas de juros continuem sendo reduzidas, levando em consideração a melhora do cenário econômico com menor risco de crédito e o fato das atuais taxas de juros das operações de crédito estar elevadas.

“Mas, frente às incertezas econômicas que vêm pressionando a cotação do dólar, há risco de as taxas de juros voltarem a ser elevadas nos próximos meses”, explica Oliveira. Ele se refere a fatores externos como o quadro econômico em algumas economias emergentes, elevação dos juros americanos, a guerra comercial entre EUA e China, e o Brexit, saída do Reino Unido da União Europeia, entre outros.

Taxa de juros versus Selic

Considerando todas as elevações e reduções da taxa básica de juros (Selic) desde março de 2013, ocorreu no período uma redução da Selic de 0,75 ponto percentual (ou 10,34%), de 7,25% ao ano em março de 2013 para 6,50% ao ano em janeiro deste ano.

Neste período, a taxa de juros média para pessoa física apresentou uma elevação de 31,02 pontos percentuais, ou 35,26%, de 87,97% ao ano em março de 2013 para 118,99% ao ano em janeiro de 2019.

Nas operações de crédito para pessoa jurídica, houve uma elevação de 8,23 pontos percentuais, ou 18,88%, de 43,58% ao ano em março de 2013 para 51,81% ao ano em janeiro último.

Assimetria dos riscos é menos intensa, mas cautela é melhor forma de atuar quanto aos juros, diz BC

12/02/2019 – Fonte: Reuters

O Banco Central reiterou que a assimetria em seu balanço de riscos para a inflação persiste, apesar de menos intensa, razão pela qual segue firme em sua postura cautelosa quanto à condução da política monetária, mostrou ata do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada nesta terça-feira.

Após reiterar que houve arrefecimento dos riscos inflacionários, especialmente quanto ao cenário externo, o BC destacou que “os riscos altistas para a inflação permanecem relevantes e seguem com maior peso em seu balanço de riscos” — cenário que impede que considere uma diminuição da Selic.

“Os membros do Comitê debateram a melhor forma de atuação da política monetária diante de incertezas quanto aos cenários econômicos. Concluíram que a melhor forma de manter a trajetória da inflação em direção às metas é atuar com cautela, serenidade e perseverança nas decisões de política monetária, inclusive diante de cenários voláteis”, disse o BC.

Na semana passada, o BC manteve a taxa de juros no seu piso histórico de 6,5 por cento, conforme amplamente esperado pelo mercado, e destacou a continuidade da assimetria apesar do quadro mais benigno para a inflação. Com isso, manteve a porta

fechada para eventual queda dos juros básicos, a despeito do ambiente de inflação comportada e atividade econômica sem grande vigor.

O comportamento inflacionário favorável vinha fomentando a discussão entre economistas sobre a possibilidade de o BC ser mais estimulativo, diminuindo os juros para ajudar a atividade anêmica.

A inflação oficial brasileira acelerou a alta em janeiro devido à pressão dos preços de alimentos, mas ficou em 3,78 por cento no acumulado em 12 meses, abaixo da meta oficial de 4,25 por cento pelo IPCA, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

A autoridade monetária, contudo, afastou a possibilidade por ora, atendo-se ao discurso que vem adotando desde dezembro ao lançar mão da expressão de "cautela, serenidade e perseverança" duas vezes na ata.

Sobre a economia brasileira, os membros do Copom inclusive debataram evidências de "algum arrefecimento da atividade no quarto trimestre de 2018" na comparação com os três meses anteriores. Mesmo assim, avaliaram que a economia segue se comportando segundo o cenário básico do Copom, de recuperação gradual.

Para o BC, uma aceleração do ritmo de retomada dependerá da diminuição de incertezas quanto à aprovação das reformas na economia, especialmente as de natureza fiscal. A reforma da Previdência, que é vista pelo mercado como a principal delas, ainda não foi formalmente apresentada pelo governo ao Congresso Nacional.

Em outra frente, o BC também chamou a atenção para a importância de iniciativas para aumento de produtividade, ganhos de eficiência, maior flexibilidade da economia e melhoria do ambiente de negócios.

Para o economista-chefe da SulAmérica Investimentos, Newton Rosa, a ata mantém o cenário base do BC, propício a uma política monetária que estimule a economia nesse momento, mas ciente dos fatores que podem pressionar a inflação para cima. "Significa que os 6,5 por cento (para a Selic) estão adequados, mas não tem espaço para cortes, o que vai depender, claro, da evolução da conjuntura nos próximos meses", disse ele, que prevê a manutenção da taxa básica de juros neste patamar ao longo de todo o ano de 2019.

CENÁRIO EXTERNO

Na ata, o BC deu mais detalhes sobre sua avaliação da cena externa. Em relação aos Estados Unidos, ponderou que o risco de desaceleração econômica relevante parece ter afetado a curva de juros e o mercado acionário no país nos últimos meses do ano passado. Mas ressaltou que há ainda outro cenário para os EUA, que pressupõe a manutenção do vigor econômico.

"Esses dois cenários têm implicações opostas para o rumo da política monetária do Fed (banco central norte-americano). Os membros do Copom concluíram que, ao menos até a definição de qual dos cenários é o mais provável, os riscos associados à normalização da política monetária nos EUA se reduziram", disse.

De outro lado, a autoridade monetária apontou que os riscos associados a uma desaceleração da economia global se intensificaram diante da atividade com menor fôlego em "algumas economias relevantes". Ao quadro, somam-se incertezas associadas ao comércio internacional e ao Brexit, apontou o BC.

De qualquer forma, o BC defendeu que a economia brasileira tem capacidade de absorver eventual revés no cenário internacional em função da "situação robusta" do seu balanço de pagamentos, da perspectiva de recuperação econômica e do ambiente de expectativas de inflação ancoradas.

Brasil perde 7,2 milhões de linhas móveis em 2018, diz Anatel

12/02/2019 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 12-02-2019)

O Brasil perdeu 7,2 milhões de linhas móveis no ano passado, segundo levantamento feito pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A redução corresponde a uma queda de 3,08% na quantidade de linhas. A comparação é feita entre dezembro de 2018 e o mesmo mês em 2017.

Hoje, a Vivo é a operadora com maior quantidade de clientes, cerca de 73 milhões, o que corresponde a 31,91% do mercado. A segunda posição do ranking ficou com a Claro, com 56,4 milhões de linhas (24,61%), seguido da TIM com 55,9 milhões de clientes (24,39%) e a Oi com 37 milhões de linhas (14,44%).

Dentre as prestadoras de pequeno porte, nome dado àquelas que detêm menos de 5% do mercado, a Nextel é a com mais clientes, com um total de 3,3 milhões de linhas. A Algar aparece na segunda posição com 1,3 milhão de clientes, seguido da Porto Seguro com 825 mil.

Os celulares pré-pagos continuam sendo a maioria no Brasil. As linhas desse tipo equivalem a 56,51% do mercado, cerca de 129,5 milhões de clientes, em relação às 99,6 milhões de linhas (43,49%) pós-pagas.

No último ano, somente cinco Estados apresentaram crescimento no número de linhas móveis: Roraima (+4,76 %), Amapá, (+2,72%) Amazonas (+1,93 %) São Paulo (+1,03%) e Espírito Santo (+0,31%).

O Estado com maior quantidade de usuários de linhas móveis continua sendo São Paulo, com 27,48% do mercado e 62,9 milhões de clientes.

Navegação

A maioria dos celulares no País (55,64%) já possui a conexão de internet móvel mais rápida disponível, a 4G. A quantidade de usuários de 3G representa 23,87% dos usuários e de 2G é de 10,84%. Ainda conforme a Anatel, a adoção da tecnologia 4G cresceu 27% no último ano, enquanto a de 3G diminuiu 36,82%.

Ghosn renuncia de presidência da Renault, mas se mantém como diretor

12/02/2019 – Fonte: Reuters

O executivo Carlos Ghosn renunciou aos postos de presidente do conselho de administração e presidente-executivo da Renault, mas manteve-se como diretor no grupo automotivo francês.

A Renault informou ainda que Thierry Bolloré foi indicado para a presidência do conselho de administração da aliança Renault-Nissan. “A Renault gostaria de especificar que o senhor Ghosn renunciou de suas posições na presidência do conselho e na presidência-executiva, mas continua como diretor da Renault SA”, afirmou a companhia.

“O senhor Ghosn mantém suas posições na Alliance Rostec Auto e na Renault do Brasil”, acrescentou a montadora.

Autopeças fecham 2018 com déficit de US\$ 5,6 bilhões

12/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 11 -02-2019)

A balança comercial de **autopeças** fechou 2018 com **déficit** de US\$ 5,6 bilhões, valor 5,6% mais alto que o registrado em 2017. As importações somaram US\$ 13,5 bilhões e cresceram 6,1% como consequência do aumento (de 6,7%) da produção nacional

de veículos. As exportações totalizaram US\$ 7,9 bilhões e cresceram 6,4%. As vendas externas foram afetadas na segunda metade de 2018 pela retração do mercado argentino, maior comprador das autopeças brasileiras. Os embarques ao país vizinho caíram 9,5% em relação a 2017.

O resultado anual fez a participação relativa da Argentina recuar de 30,3% em 2017 para 25,7% em 2018. Os números foram divulgados pelo Sindipeças, entidade que reúne fabricantes do setor.

O Sindipeças recorda que a venda de componentes para Estados Unidos, México, Alemanha, Chile e Reino Unido permitiu crescimento razoável do envio de autopeças ao exterior. Os dados isolados de dezembro mostram que as exportações tanto para Estados Unidos (US\$ 139,9 milhões) como México (US\$ 89,1 milhões) superaram os embarques naquele mês para a Argentina (US\$ 86,1 milhões).



No caminho oposto, a China permanece como maior fornecedor de autopeças para o Brasil e fechou 2018 com o envio de US\$ 1,8 bilhão em componentes, 15,4% a mais que em 2017. A Alemanha terminou o ano colada ao país asiático, com US\$ 1,7 bilhão em vendas e importante alta de 26,9%.

Das 20 nações que mais fornecem autopeças ao Brasil, só cinco tiveram queda em suas vendas em 2018: Coreia do Sul (13,3%), Argentina (1,9%), Itália (11,9%), França (23,5%) e República Tcheca (16%).

Logigo Automotive inaugura fábrica no Brasil no fim do mês

12/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 11-02-2019)

Unidade localizada em Itatiaia (RJ) recebeu investimento de R\$ 2,5 milhões

A Logigo Automotive, especializada em sistemas de conectividade para o setor automobilístico, inaugura no fim deste mês sua **primeira fábrica no Brasil**, localizada em Itatiaia (RJ), mesmo complexo do parque industrial da Jaguar Land Rover. Com capacidade para produzir 9 mil peças por mês, a unidade recebeu investimento de R\$ 2,5 milhões.

“O mercado infotainment e conectividade está cada vez mais fortalecido no setor automotivo e a Logigo está preparada para atender a essa demanda. Com nossos negócios em plena expansão, entendemos que era o momento certo para investir em uma fábrica própria”, comenta o CEO, Antonio Azevedo.

Também está prevista para este mês a inauguração de uma nova unidade de negócios em Detroit, nos Estados Unidos. “Como nosso desenvolvimento é todo dedicado ao mercado OEM, resolvemos ampliar o campo de atuação em um importante polo automotivo mundial”, explica Azevedo, que pretende expandir as atividades para outros mercados.

Em termos de produto, a Logigo Automotive planeja o lançamento de uma solução de inteligência artificial (IA) para centrais multimídias, tecnologia desenvolvida em um centro próprio de competência de IA e que será a primeira do mercado brasileiro a contar com assistente virtual humanizada, além de outros produtos para conectividade

previstos para ingressar ainda este ano no mercado brasileiro.

“Neste mês chega o nosso roteador wi-fi desenvolvido exclusivamente para veículos e, ainda no primeiro semestre, vamos lançar um módulo de telemática”, revela o executivo.

Ele comemora a boa fase da empresa no Brasil: em 2018, a companhia faturou R\$ 120 milhões, um crescimento de 38% sobre o resultado do ano anterior.

Implementos iniciam 2019 com vendas 50% maiores em janeiro

12/02/2019 – Fonte: Automotive Business (publicado em 11 -02-2019)



Volume emplacado no mês supera as 8 mil unidades

A indústria de **implementos** rodoviários começou o ano em alta: em janeiro, as vendas do setor registraram superaram as 8 mil unidades, representando aumento de 50,4% sobre o volume feito em igual mês do ano passado, quando as entregas ficaram abaixo de 5,4 mil. Os dados foram divulgados na segunda-feira, 11, pela Anfir, associação das fabricantes.

Os números da entidade mostram que há certo descompasso entre os segmentos: no de pesados, que considera a venda de reboques e semirreboques, o volume quase dobrou, passando de 2,3 mil para quase 4,4 mil unidades, uma variação positiva de 83,7%.

Para o presidente da Anfir, Norberto Fabris, os números ainda denotam período de recuperação: “Sabemos que é um trabalho demorado porque a indústria de implementos rodoviários depende do desempenho da economia”, afirma em nota.

No segmento leve, o crescimento veio em proporção menor, de 23,4%, ao passar de 2,9 mil para 3,6 mil carrocerias sobre chassis.

“Enquanto a economia ligada ao agronegócio segue apresentando bons resultados, nos centros urbanos os negócios não estão girando no mesmo ritmo: o reflexo desse descompasso é observado no total dos emplacements de implementos rodoviários”, observa o executivo.

Em estimativa divulgada em dezembro de 2018, a Anfir projeta que as vendas do setor para 2019 devem crescer entre 10% e 15%, com o máximo de 93 mil unidades emplacadas.